

Da escrita para a escrita: processos de retextualização na carta do leitor/*From writing to writing: processes of retextualization in reader's letter*

Valfrido da Silva Nunes*
Maria Inez Matoso Silveira**

RESUMO

Este artigo tem como finalidade principal encetar uma discussão a respeito do fenômeno da retextualização, partindo do oral para o escrito, na perspectiva de Marcuschi (2010), para se chegar à retextualização entre textos escritos. Tendo como base teórica a Linguística Textual, este estudo caracteriza-se como essencialmente qualitativo, a partir da análise de um gênero que comumente emerge de um processo de retextualização na esfera jornalística: a carta do leitor. Nesse sentido, faz-se um cotejo entre um *e-mail* enviado pelo leitor do jornal e a sua respectiva publicação na forma de carta no *Jornal do Commercio* de Pernambuco. Os resultados evidenciam que diferentes estratégias são realizadas pelo editor do jornal, caracterizando a carta do leitor como um gênero retextualizado, ao mesmo tempo em que se devem considerar as relações de forças e o jogo de interesses aí subjacentes.

PALAVRAS-CHAVE: Retextualização; *E-mail*; Carta do leitor; Esfera jornalística.

ABSTRACT

This article begins a discussion about the phenomenon of retextualization, starting from oral to written, in the perspective of Marcuschi (2010), to obtain the retextualization between written texts. Grounded on the Textual Linguistics, this study is characterized as essentially qualitative, based on the analysis of a genre that commonly emerges from a process of retextualization in the journalistic sphere: the reader's letter. In this sense, a comparison is made between an e-mail sent by the reader and their respective publication in the form of a letter in the Jornal do Commercio de Pernambuco, Brazil. The results show that different strategies are realized by the editor of the newspaper, characterizing the reader's letter as a retextualized genre, while they consider the relations of forces and the set of interests underlying there.

KEYWORDS: Retextualization; *E-mail*; Reader's letter; Journalistic sphere.

1 Introdução

Este trabalho versa sobre um dos grandes temas da Linguística Textual na atualidade: a retextualização. A bem dizer, trata-se de um fenômeno comum na nossa vida diária, em suas múltiplas instâncias; entretanto, nem sempre muito bem compreendido, principalmente quando transposto para a sala de aula e para os livros didáticos, uma vez que muito do que se

* Doutorando em Linguística. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Faculdade de Letras. Universidade Federal de Alagoas, Maceió. fridoval@hotmail.com.

** Doutora em Linguística. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Faculdade de Letras. Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Líder do GETEL – Grupo de Estudos do Texto e da Leitura: perspectivas interdisciplinares. mimatoso@uol.com.br.

produz na academia pouco dialoga com a realidade das nossas escolas. Com base nisso, objetivamos apresentar esse tema sem a pretensão de esgotar a questão, mas com o cuidado de não cairmos num reducionismo simplista. Nesse sentido, a proposta de construção desse texto é fazer uma introdução ao tema, de forma a torná-lo um tanto mais didático e acessível àqueles que estão se iniciando nos estudos linguísticos, tais como alunos dos primeiros anos dos cursos de Letras, Pedagogia e áreas afins. Ademais, acreditamos que esta reflexão possa trazer ainda subsídios ao professor de língua portuguesa da educação básica, tanto no nível fundamental quanto no nível médio. A novidade aqui trazida diz respeito, ainda, ao fato de tratarmos de um processo de retextualização da escrita para a própria escrita, a partir do gênero carta do leitor.

A perspectiva teórica adotada é a da Linguística do Texto, precipuamente por meio de Marcuschi (2010)¹, sem deixar de lado produções de outros pesquisadores que deram continuidade ao estudo desse tema. Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho caracteriza-se como sendo de natureza qualitativa, a partir da análise de um exemplar autêntico de carta do leitor em suas duas versões: pré-edição e pós-edição. O texto deste artigo organiza-se retoricamente da seguinte forma: (i) uma seção em que se esclarecem as concepções de língua e de texto adotadas no trabalho; (ii) uma seção em que se pretende elucidar o conceito de retextualização e os desdobramentos que a questão suscita, tais como: a) as várias possibilidades de retextualização; b) a retextualização nas diversas instâncias da vida social; c) a retextualização da fala para a escrita e o modelo de análise proposto por Marcuschi (2010); (iii) o aporte metodológico da pesquisa; e (iv) a análise.

2 Fundamentos teóricos

Nesta seção, discutimos as noções de língua e texto, de base sociointeracionista, às quais se filia o presente trabalho; ademais, abordamos o fenômeno da retextualização, a partir dos estudos seminais de Marcuschi (2010) e os desdobramentos que a questão suscita nas práticas discursivas da vida social.

2.1 As noções de língua e texto

¹ Convém esclarecer que o livro seminal de Marcuschi a que estamos nos referindo intitula-se “Da fala para a escrita: atividades de retextualização” (ver referências), cujos originais foram publicados em 2000 (primeira edição). Contudo, para este trabalho, a edição a que estamos nos reportando é de 2010 (décima edição).

Uma primeira observação que se faz necessária diz respeito à concepção de *língua* adotada neste trabalho. Não se trata de uma perspectiva puramente sistêmica nem exclusivamente discursiva e muito menos de uma abordagem dicotômica que oponha a fala à escrita. Adotamos, portanto, uma visão de língua que não se desvincula das práticas sociais mediadas pela linguagem, levando em consideração os seus usuários e as situações interativas que motivam o uso da língua, seja oral, seja escrita; em outros termos, trata-se de uma concepção sociointeracionista (MARCUSCHI, 2010). Sob esse prisma, o linguístico e o discursivo se entrecruzam, engendrando os fios que tecem a teia da comunicação humana.

A segunda observação refere-se ao conceito de *texto*, uma categoria complexa e multifacetada, vista por uns apenas como materialidade superficial do discurso e, por outros, como um construto que se confunde com a própria noção de discurso. De qualquer maneira, a nossa opção neste trabalho afina-se com a perspectiva da Linguística Textual, a qual vê o texto como “evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (BEAUGRANDE, 1997, p. 10). Essa visão de texto é tributária daquilo que Beaugrande e Dressler (1981) denominaram de textualidade, ou melhor, o que faz como que um texto seja de fato um texto, compreendido como uma unidade de sentido. Disso decorrem os sete fatores da textualidade: coerência, coesão, intencionalidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade e aceitabilidade. Nesse caso, o texto é um objeto sociointeracional; em outras palavras, ele é o próprio “*lugar de interação* entre atores sociais e de construção interacional de sentidos” (KOCH, 2009, p. XII, grifos da autora).

2.2 O que é retextualização

Para iniciar nossa reflexão sobre este tema, que é caro à Linguística Textual, partimos de uma afirmação, proposta por Matencio (2003), acerca desse fenômeno, em que se diz:

textualizar é agenciar recursos *linguageiros* e realizar operações linguísticas, textuais e discursivas. Retextualizar, por sua vez, envolve a produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base, o que significa que o sujeito trabalha sobre as estratégias linguísticas, textuais e discursivas identificadas no texto-base para, então, projetá-las tendo em vista uma nova situação de

interação, portanto um novo enquadre e um novo quadro de referência. (MATENCIO, 2003, p. 4, grifos da autora).

A nossa predileção por esse conceito justifica-se em razão de a autora contrastar a noção de “textualização” com a de “re-textualização”, o que nos parece bastante produtivo. Analogamente, podemos conjecturar que se “refazer” é “fazer novamente” e se “rever” é “tornar a ver”, existe algum traço semântico neste prefixo – “re” – que nos conduz a pensar que “retextualizar” acarreta necessariamente uma volta ao que já foi textualizado, ou seja, é preciso “textualizar novamente” ou “tornar a textualizar”.

Por um lado, “textualizar” implica produzir textos, materializar linguisticamente algo que se quer dizer (por escrito ou oralmente), por meio de operações linguísticas (recursos lexicais e fraseológicos), textuais (estratégias de articulação, paráfrase, resumo, referenciação, modalização etc.) e discursivas (condições de produção, dito, não dito, intencionalidade, situacionalidade, papéis sociais ocupados pelos interactantes, relações de força e de restrições impostas pelo gênero, função discursiva do suporte, formas de circulação do gênero etc.).

Por outro lado, “retextualizar” supõe a produção de um novo texto a partir de texto(s) já existente(s). Assim sendo, o fenômeno da retextualização configura-se como uma ação linguageira orientada por condições de produção diferentes daquelas do(s) texto(s)-base. Esse, possivelmente, é o cerne da ação de retextualizar, pois daí advém a possibilidade de haver mudança de modalidade linguística, mudança de gênero e implicações no plano da intertextualidade e da interdiscursividade.

Nessa linha de raciocínio, Marcuschi explica que atividades de retextualização

são rotinas usuais altamente automatizadas, mas não mecânicas, que se apresentam como ações aparentemente não problemáticas, já que lidamos com elas o tempo todo nas sucessivas reformulações dos mesmos textos numa intrincada variação de registros, gêneros textuais, níveis linguísticos e estilos. Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra. (MARCUSCHI, 2010, p. 48).

Essa afirmação do autor mostra-se bastante pertinente por apresentar a retextualização como uma atividade de “reformulação” textual rotineira e automatizada, pois o falante da língua sequer se dá conta de que está redizendo o dizer do outro. Efetivamente, podemos pensar que isso se dá pelo próprio fenômeno da enunciação, que aponta para a irrepetibilidade de todo e qualquer dizer. Nesse sentido, se a retextualização é tão presente nas

nossas práticas languageiras e se tudo que dizemos o fazemos retomando o que já foi dito por outros, podemos sustentar que a retextualização é um fenômeno constitutivo dos usos da linguagem.

2.2.1 Possibilidades de retextualização

Marcuschi (2010, p. 48) apresenta-nos um quadro com quatro possibilidades de retextualização, embora, à época, naquela obra, ele tenha se debruçado somente sobre uma delas (“da fala para a escrita”, como se intitula o seu livro). Tais possibilidades podem ser resumidas da seguinte forma:

- (a) *da fala para a escrita*, cuja reformulação mais notável dá-se na mudança das modalidades linguísticas, tal como ocorre na passagem de uma entrevista oral para uma entrevista impressa publicada em revista, por exemplo;
- (b) *da fala para a fala*, em que não há mudança de modalidade linguística, mas de outros níveis (de gênero, de estilo, de registro), tal como acontece em uma conferência e sua respectiva tradução simultânea;
- (c) *da escrita para a fala*, cuja transformação dá-se, mais uma vez, sobretudo, entre modalidades linguísticas, assim como ocorre na passagem de um texto escrito para a sua exposição oral;
- (d) *da escrita para a escrita*, em que, novamente, não há mudança de modalidade linguística, porém em outros níveis, assim como acontece entre um texto escrito e o seu respectivo resumo. No nosso caso, dá-se do *e-mail* para a carta do leitor.

A despeito da proposta de Marcuschi (2010) ser profícua, ela não contempla a transformação de textos não verbais², os quais constituem a cultura visual na qual estamos fortemente inseridos. Hoje tem se tornado comum a adaptação de clássicos da literatura, por exemplo, para as histórias em quadrinhos, para o cinema e para a televisão. A nosso ver, caberia, portanto, investigar de que maneira ocorrem essas transformações e se elas se configurariam como processos de retextualização de textos multimodais.

² Aqui estamos considerando o texto como um fenômeno mais amplo que evolue todas as possibilidades de significar, independentemente do código utilizado. Assim, podemos falar em texto pictórico, texto imagético, texto visual, texto gestual, texto fílmico etc.

2.2.2 A retextualização nas diversas instâncias da vida social

Como disse Marcuschi (2010, p. 49), “na realidade, nossa produção linguística diária, se analisada com cuidado, pode ser tida como um encadeamento de reformulações, tal o imbricamento dos jogos linguísticos praticados nessa interdiscursividade e intertextualidade”. A propósito, Silveira (2008, p. 147) inicia um artigo sobre esse tema convidando-nos a refletir sobre um aviso oral dado por um coordenador de curso de uma instituição de ensino, anunciando determinado evento, e o cartaz afixado no mural desta mesma instituição, divulgando este mesmo evento. A autora frisa que entre ambos os gêneros – em que pese o fato de um ser oral e o outro escrito – há mais semelhanças do que diferenças. No nosso ponto de vista, o cartaz funciona como a retextualização de um comunicado oral, da mesma forma que o inverso também pode ser verdadeiro. Essa movência do oral para o escrito e vice-versa sugere mais de uma possibilidade de retextualização, conforme veremos adiante.

Nesse sentido, Marcuschi (2010, p. 49) lista uma série de eventos comunicativos, em diferentes domínios discursivos, que se configuram como práticas de retextualização, conforme se pode observar no quadro seguinte.

(1)	A secretária que anota informações orais do(a) chefe e com elas redige uma carta.
(2)	O(a) secretário(a) de uma reunião de condomínio (ou qualquer outra) encarregado(a) de elaborar a ata da reunião, passando para a escrita um resumo do que foi dito.
(3)	Uma pessoa contando à outra o que acabou de ler no jornal ou na revista.
(4)	Uma pessoa contando à outra o que acabou de ouvir na TV ou no rádio.
(5)	Uma pessoa contando à outra o filme que viu no dia anterior ou o último capítulo da novela ou as fofocas da vizinhança.
(6)	Alguém escrevendo uma carta relatando o que ouviu no dia anterior.
(7)	O(a) aluno(a) que faz anotações escritas da exposição do(a) professor (a).
(8)	O juiz ou o delegado que dita para o escrevente a forma final do depoimento.

Fig. 1 – Alguns eventos linguísticos em que ocorre retextualização

Nunes (2012) fez um estudo acerca do funcionamento da *carta do leitor* na mídia impressa e constatou que esse gênero também emerge de um processo de retextualização, visto que a missiva publicada efetivamente nas páginas do jornal tinha como concepção outro gênero escrito: o *e-mail*. Assim, ao menos na mídia analisada – o *Jornal do Commercio* de Pernambuco –, a carta do leitor surge de um processo de transformação (em que ocorrem substituição, inserção e/ou exclusão de informações) que ilustra um caso típico de retextualização da escrita para a escrita, conforme veremos na análise.

2.2.3 A retextualização da fala para a escrita

Como bem delimitou Marcuschi (2010), naquela ocasião interessava a ele investigar apenas as operações mais importantes nos processos de retextualização da fala para a escrita. De alguma forma, isso é um tanto justificável. Por um lado, à época, o referido pesquisador iniciava os primeiros estudos acerca da retextualização no Brasil; por outro lado, havia um interesse crescente em se discutir a relação oralidade x escrita, com vistas a desfazer mitos e quebrar paradigmas – a relação dicotômica fala x escrita e a supremacia da segunda sobre a primeira –, propondo-se a noção de um *continuum* entre ambas, cujo foco consiste em apresentar muito mais semelhanças do que diferenças entre elas.

Marcuschi (2010, p. 47) sublinha que “(...) antes de qualquer atividade de transformação textual, ocorre uma atividade cognitiva denominada compreensão”. De fato, se o retextualizador não compreender o que foi dito oralmente, o texto escrito poderá ficar comprometido. Ademais, retextualizar não se confunde com transcrever, uma vez que esta é apenas a passagem de uma realização sonora para uma realização gráfica, sem mudanças mais sensíveis. Todavia, a transcrição torna-se peça fundamental deste jogo, dado que o texto oral precisa, antes de tudo, ser compreendido e transcrito, seguindo procedimentos convencionalizados. Nas palavras do próprio autor, “(...) há uma atividade onipresente na atividade de transcrição, que é a compreensão. Sempre transcrevemos uma dada compreensão que temos do texto oral” (MARCUSCHI, 2010, p. 51).

Nesse sentido, Marcuschi (2010) aponta algumas variáveis intervenientes no processo de retextualização da fala para a escrita, quais sejam: (a) o propósito ou o objetivo da

retextualização; (b) a relação entre o produtor do texto original e o transformador; (c) a relação tipológica entre o gênero original e o gênero da retextualização e (d) os processos de formulação típicos de cada modalidade. Todos esses fatores, segundo o autor, evidenciam que a passagem de uma modalidade à outra é uma atividade consciente que segue os mais variados tipos de estratégias. A retextualização da fala para a escrita, entendida como uma espécie de tradução endolíngua, envolve múltiplos aspectos, conforme se pode verificar na figura a seguir.

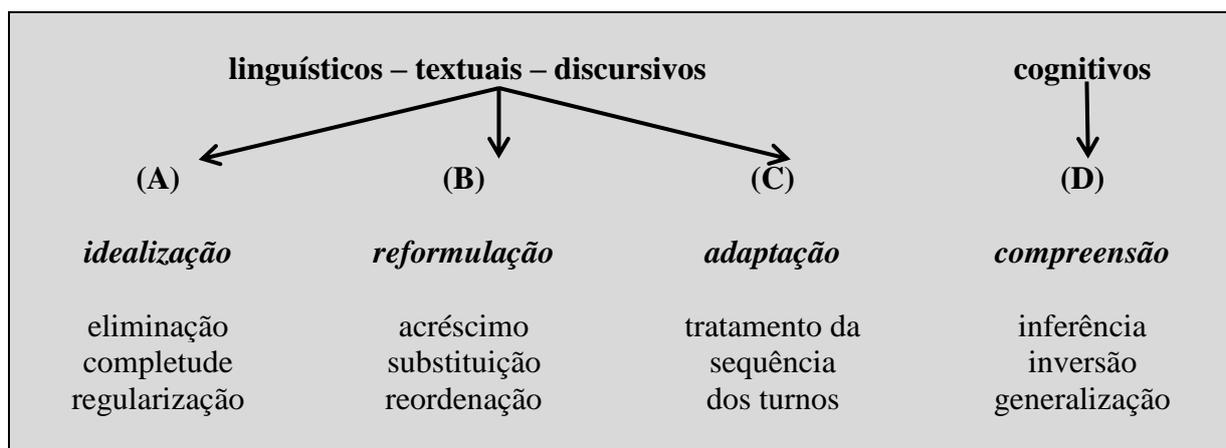
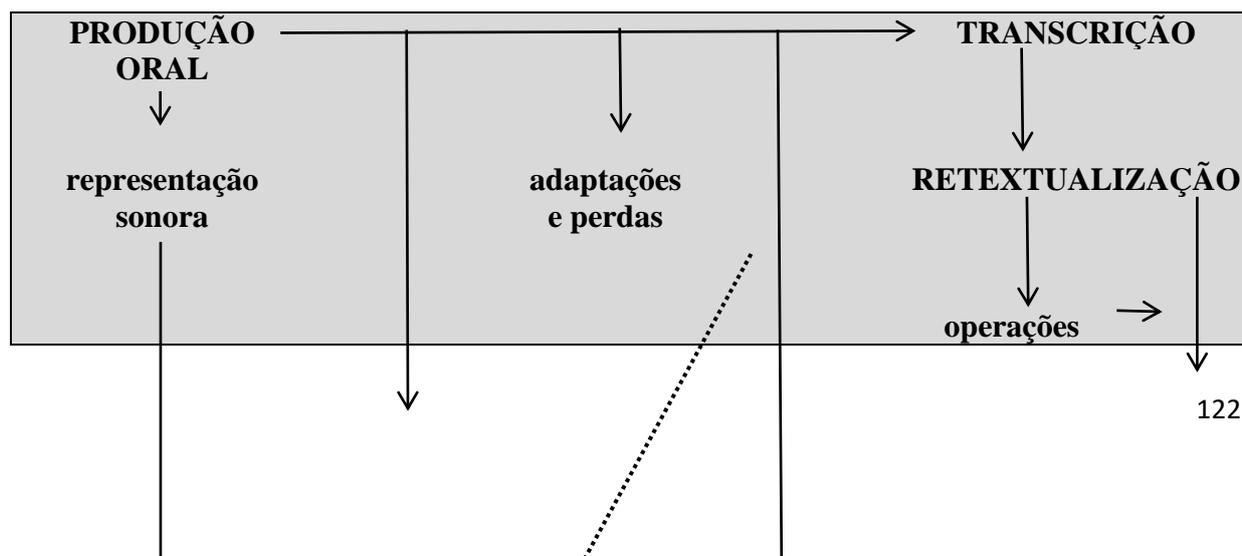


Fig. 2 – Aspectos envolvidos no processo de retextualização
 Fonte: Marcuschi (2010, p. 69).

Marcuschi (2010) salienta também que toda atividade de retextualização implica uma interpretação prévia que pode ter consequências nada desprezíveis. Esse gesto de interpretação aponta para aspectos de ordem do discurso, reforçando que o processo de retextualização não se circunscreve apenas ao plano textual, mas envolve questões relativas à intertextualidade e à interdiscursividade, conforme afirmou Matencio (2003). A fim de mostrar os caminhos percorridos pelo texto oral na passagem para a escrita, vejamos o diagrama abaixo.



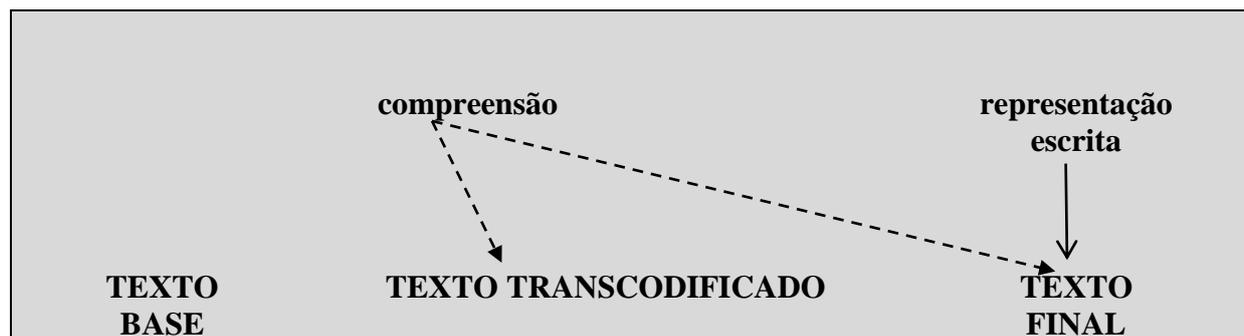


Fig. 3 – Fluxo dos processos de retextualização
 Fonte: Marcuschi (2010, p. 72).

Com efeito, a se considerar o processo de compreensão, as adaptações e as perdas, bem como as múltiplas operações envolvidas na passagem do texto-base (oral) ao texto-final (escrito), há de se convir que a retextualização pode se tornar uma atividade até mesmo perigosa, conforme mostrou Nascimento (2007), ao tratar desse fenômeno como instrumento de manipulação no discurso jurídico penal.

2.2.4 Modelo das operações de retextualização da fala para a escrita

Mesmo ciente do risco a que está propenso quem constrói um padrão de operacionalização de determinado fenômeno, Marcuschi (2010) propõe um modelo das operações de retextualização, alertando para o fato de que não se trata de uma fórmula, além de esclarecer que o modelo merece vários reparos do ponto de vista de sua operacionalidade. O modelo agrupa nove operações que contemplam apenas os aspectos textual-discursivos envolvidos nas atividades de *idealização* (eliminação, completude e regularização) e *reformulação* (acréscimo, substituição e reordenação) do texto escrito a partir do texto oral, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

1ª operação	Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras (estratégia de eliminação baseada na idealização linguística).
2ª operação:	Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas (estratégia de inserção em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia).
3ª operação:	Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (estratégia de eliminação para uma condensação linguística).
4ª operação:	Introdução de paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordenação dos tópicos discursivos (estratégia de inserção).
5ª operação:	Introdução de marcas metalinguísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêitico (estratégia de reformulação)

	objetivando explicitude).
6ª operação:	Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos (estratégia de reconstrução em função da norma escrita).
7ª operação:	Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções lexicais (estratégia de substituição visando a uma maior formalidade).
8ª operação:	Reordenação tópica do texto e reorganização da sequência argumentativa (estratégia de estruturação argumentativa).
9ª operação:	Agrupamento de argumentos condensando as ideias (estratégia de condensação).

Fig. 4 – Modelo das operações textual-discursivas na passagem do texto oral para o texto escrito
Fonte: Marcuschi (2010, p. 75, com adaptações).

Marcuschi (2010) chama atenção para o fato de as operações de 1 a 4 ainda não se configurarem como operações de transformação propriamente ditas. Por outro lado, as operações de 5 a 9 – que figuram no modelo – dizem respeito a um tratamento da fala (de natureza sintática, semântica, pragmática e cognitiva). Em suma, Marcuschi (2010, p. 76) orienta que, para o sucesso de uma retextualização da fala para a escrita, “não é necessário que se efetivem todas as operações e, sobretudo, não necessariamente na ordem proposta. Não há, pois, um caráter de necessidade e suficiência nas operações arroladas neste modelo”.

3 Aparato metodológico

A pesquisa que ensejou este artigo – um estudo sobre o gênero carta do leitor, objeto da nossa dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas em 2012 – caracteriza-se como sendo de natureza qualitativa, uma vez que o foco está na interpretação dos dados, sem preocupação com métodos quantitativos. Cumpre ressaltar que, neste trabalho, se fará um cotejo entre um *e-mail* enviado pelo leitor ao jornal, em 25/05/2010, e a sua transformação em carta do leitor, efetivamente publicada no *Jornal do Commercio* (JC) de Pernambuco, no dia 27/05/2010.

4 Análise do processo de retextualização do *e-mail* para a carta do leitor

Inicialmente, convém afirmar que seria ingenuidade pensar que a carta do leitor publicada no jornal é uma reprodução fiel daquela que foi enviada ao editor. Por muitas e

diversas razões, o jornal precisa tomar algumas medidas, tais como fazer uma seleção das cartas recebidas, já que todas não poderão ser publicadas devido a inúmeras razões, adaptá-las ao *layout* do jornal, dentre outros procedimentos.

Como destaca Frazão (2007, p. 197), “as cartas e e-mails dirigidos aos meios de comunicação de massa são previamente selecionados pelos editores no momento de decidir sobre a conveniência, ou não, da publicação”. Assim, entendemos que as cartas do leitor publicadas são, de fato, produções retextualizadas, ou seja, há marcas de autoria tanto do leitor que escreve o texto original quanto do redator da seção que edita o texto.

Entretanto, Silveira (1979, p. 189) adverte que o jornal, ao tomar essas medidas, não está praticando censura interna, pois “o que há são critérios de qualidade, além do que o jornal tem o direito e o dever de selecionar e julgar o que vai publicar”. Na verdade, esse é um ponto de vista questionável, visto que o ato de selecionar e estabelecer o que se vai publicar ou deixar de publicar é, em certo sentido, uma forma de censura.

Contando-nos um pouco da sua experiência vivida nos bastidores da produção jornalística, o jornalista português Mário Mesquita afirma que:

na impossibilidade de inserir todas as missivas que são recebidas pelo jornal, a selecção deve obedecer a critérios de pluralismo, com vista a traduzir, na medida do possível, a diversidade de opiniões expressas pelos leitores. Em princípio não é legítimo selecionar excertos ou suprimir períodos ou parágrafos, sem consentimento prévio do autor da carta, mas – conforme referem as *Directivas para o trabalho jornalístico* do Conselho de Imprensa alemão (...) – <<os cortes são possíveis se a seção do correio dos leitores possui indicação permanente especificando que a redação se reserva o direito de encurtar as cartas dos leitores que lhe são dirigidas respeitando o seu teor.>> (MESQUITA, 1998, p. 99).

Com efeito, na ocasião da pesquisa, encontramos uma nota de esclarecimento³, no final da página da seção de *Opinião* do *Jornal do Commercio* de Pernambuco, a qual aborda justamente a possibilidade de interferência do editor na carta do leitor. Portanto, o jornal faz isso para se resguardar, pois, para ele, quem envia cartas à redação aceita tacitamente as regras do jogo. Contudo, segundo Mesquita (1998, p. 99), “esta ressalva não confere aos jornalistas o direito ao árbitro, nem a desfigurar o ponto de vista expresso pelo autor”.

³ Nota transcrita na íntegra: “As cartas enviadas à Redação não devem ultrapassar 10 linhas. Os editores poderão reescrevê-las, para adequá-las ao estilo do jornal. Os originais não serão devolvidos, assim como o jornal não tem o compromisso de publicar todas as cartas recebidas”. A nosso ver, esse procedimento é uma prova de que o gênero em tela materializa o potencial ideológico exercido pela mídia no controle do que deve ou não ser publicado. É nesse sentido que vemos a carta do leitor como um forte componente da manutenção das forças de poder e opressão que se estabelecem sub-repticiamente nas relações sociais.

A bem dizer, um dos maiores problemas enfrentados pela edição do jornal para publicar cartas de leitores é a falta de espaço. Alcides Lemos, redator do *Jornal da Tarde* (SP), responsável pela coluna *São Paulo pergunta*, em fins da década de 70 do século passado, já afirmava isso:

Espaço. Isso mesmo, espaço, o espaço que hoje é reclamado pelos leitores e espectadores, onde os veículos de comunicação serão convidados a também prestar contas ou dar satisfações, objetos de uma salutar autocrítica. Para os leitores, nos jornais, isso será muito mais do que a conquista de um direito. Será uma homenagem ao mais antigo veículo de comunicação social (anterior mesmo à tipografia), à mais pura forma de jornalismo: A CARTA (LEMOS, 1979, p. 213).

Diante disso, ao escrever uma carta, o sujeito deve ter claro que seu primeiro obstáculo é, justamente, convencer o jornal de que é a sua carta, no meio de tantas outras, que merece ser publicada; é fazer com que, no processo de edição, o veículo preserve ao máximo seu texto para que suas opiniões cheguem aos demais leitores da forma mais fiel possível (MELO, 1999). Nesse ponto – “falta de espaço” – frisamos que se trata de um argumento pouco convincente, pois não falta aos jornais espaço para publicar anúncios de todo tipo, inclusive, muitos deles, eticamente questionáveis.

Ademais, ressaltamos que o processo de edição de uma carta de leitor é feito com base em alguns recursos, tais como: a eliminação de informações, a sintetização e a paráfrase. Cabe, então, ilustrar o que ora vimos discutindo a partir da comparação de uma carta originalmente enviada pelo leitor, via *e-mail*, com sua respectiva publicação na página impressa do jornal. Vejamos a figura abaixo.

Patrimônio Cultural

De: Valfrido Nunes (fridoval@hotmail.com)
Enviada:terça-feira, 25 de maio de 2010 13:45:26
Para: Jornal do Commercio (cartas@jc.com.br)

Caro editor,

Gostaria que encarecidamente fosse dispensada sua atenção à esta minha carta, uma vez que urge alertar as entidades responsáveis e mobilizar a população bonconselhense para uma conscientização sobre nossos patrimônios artístico-culturais.

Bom Conselho, "Terra de Papacaça", é mãe de grandes artistas. Quem nunca ouviu falar em Pedro de Lara? Pois bem, não se trata somente dele. Outras figuras ilustres são filhos de nossa terra, a exemplo do marechal, ex-governador de Pernambuco, ex-senador da República, ministro da guerra, jornalista, romancista, contista e teatrólogo Dantas Barreto. No entanto, o que me causa estranheza é o fato da nossa querida Bom Conselho não ter se quer um pequeno recinto onde se possa apreciar as obras desses artistas. Quantos de nós já leram uma obra literária de Dantas Barreto? Ou ainda, quem é conhecedor do Livro da Sabedoria? Nesse sentido, venho por meio desta lamentar, pois a nossa identidade não é construída sem história, sem memória, sem cultura e, tampouco, sem literatura. Já não é sem tempo construir um museu ou, ao menos, uma Casa de Cultura em Bom Conselho?

Grato pela sua gentileza, aguardo publicação.

Figura 5 – *E-mail* enviado por leitor à redação do Jornal do Commercio para lograr publicação
Fonte: Arquivo do autor.

No *e-mail* lido, uma futura *carta de crítica/reclamação*, o leitor lamenta o fato de na sua cidade não haver um museu/casa de cultura que preserve a memória dos seus antepassados, com destaque para um ícone nacionalmente conhecido: Pedro de Lara, visto que é conterrâneo do autor da carta. Do ponto de vista estrutural, essa carta do leitor (que ainda está sendo gestada), ou melhor, este *e-mail*, conserva as tradicionais marcas das cartas em geral: o endereçamento “de”/“para”, o vocativo, o corpo de texto – “assunto” –, o fecho e a assinatura. Agora, vejamos como esse *e-mail* foi retextualizado em uma carta do leitor, publicada dois dias depois do envio pelo leitor, no *layout* do jornal, conforme mostra a figura abaixo:

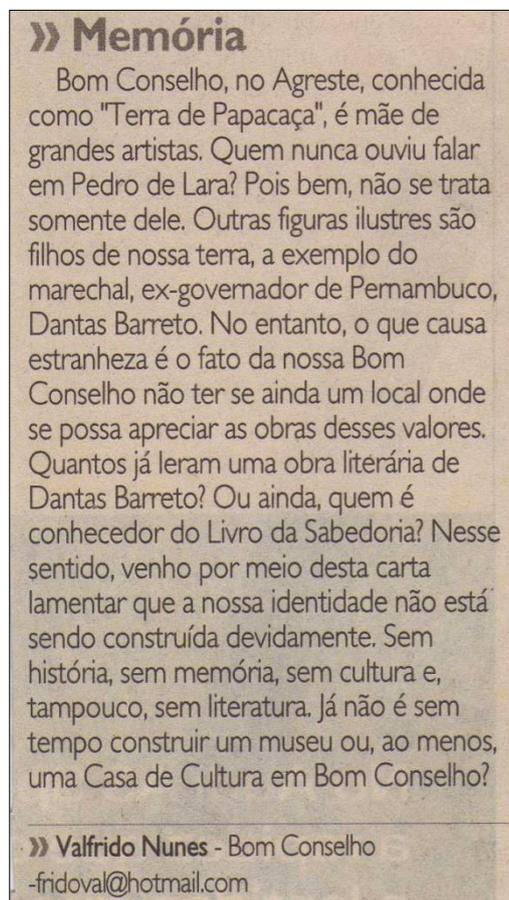


Figura 6 – Transmutação de *e-mail* enviado por leitor em carta à redação
Fonte: Jornal do Commercio, Recife, 27 maio 2010.

Cabe perguntarmos: que mudanças ocorreram na carta publicada, em relação ao *e-mail*? Ou ainda, que critérios foram adotados pelo editor para fazer alterações no texto original enviado pelo leitor? Na figura a seguir, apresentamos o texto da carta devidamente analisado. Para tanto, esclarecemos que as partes em negrito correspondem às passagens que foram totalmente eliminadas; os trechos sublinhados são informações acrescentadas pelo redator do jornal e, por fim, as partes em itálico dizem respeito às passagens que foram modificadas/adaptadas pelo editor do jornal. Agora, com base nesses parâmetros, leiamos o texto abaixo.

Memória

De: Valfrido Nunes (*fridoval@hotmail.com*)
Enviada: terça-feira, 25 de maio de 2010 13:45:26
Para: **Jornal do Commercio** (*cartas@jc.com.br*)

Caro editor,

Gostaria que encarecidamente fosse dispensada sua atenção à esta minha carta, uma vez que urge alertar as entidades responsáveis e mobilizar a população bonconselhense para uma conscientização sobre nossos patrimônios artístico-culturais.

Bom Conselho, no Agreste, conhecida como "Terra de Papacaça", é mãe de grandes artistas. Quem nunca ouviu falar em Pedro de Lara? Pois bem, não se trata somente dele. Outras figuras ilustres são filhos de nossa terra, a exemplo do marechal, ex-governador de Pernambuco, **ex-senador da República, ministro da guerra, jornalista, romancista, contista e teatrólogo** Dantas Barreto. No entanto, o que **me** causa estranheza é o fato da nossa **querida** Bom Conselho não ter se (sic) **quer** um *local* onde se possa apreciar as obras desses *valores*. Quantos **de nós** já leram uma obra literária de Dantas Barreto? Ou ainda, quem é conhecedor do Livro da Sabedoria? Nesse sentido, venho por meio desta carta lamentar *que* a nossa identidade não está sendo construída devidamente. *Sem história, sem memória, sem cultura e, tampouco, sem literatura*. Já não é sem tempo construir um museu ou, ao menos, uma Casa de Cultura em Bom Conselho?

Grato pela sua gentileza, aguardo publicação.

Valfrido Nunes - Bom Conselho/PE

Figura 7 – Análise das alterações que ocorreram no processo de edição da carta
Fonte: Arquivo do autor

A primeira observação a ser feita é em relação às partes negritadas no texto, uma vez que todas elas foram eliminadas. Como era de se esperar, foram suprimidas algumas informações, tais como: os dados referentes à data/horário de envio do *e-mail*, o vocativo, a

solicitação do leitor – argumentando para que o editor publique sua carta –, bem como o fecho e a sigla do Estado. De fato, esses dados são dispensáveis para que a carta se adapte à diagramação do jornal.

Entretanto, observamos que as eliminações seguiram alguns critérios: a maior parte dos apostos que caracterizavam o sintagma “Dantas Barreto” foram eliminados – “ex-senador da República, ministro da guerra, jornalista, romancista, contista e teatrólogo”, permanecendo apenas os dois primeiros; o pronome oblíquo “me” que marcava a subjetividade do autor da carta foi retirado, assim como a expressão “de nós”; o adjetivo “querida”, que tinha função emotiva, foi retirado; a palavra “quer” foi eliminada, talvez por descuido, pois prejudicou a estrutura sintática da oração.

Em relação às passagens sublinhadas, que são os acréscimos postos pela redação do jornal, temos a expressão “no Agreste”, que funciona como um localizador geográfico, para o leitor que possivelmente não saiba onde fica a cidade; “conhecida como”, uma expressão que cumpre a função de introduzir o aposto do nome da cidade “Terra de Papacaça”; a palavra “carta”, que já estava subentendida no texto original; a locução verbal “está sendo” e o advérbio “devidamente”, que entraram em cena para materializar a mudança que o editor fez no texto original do leitor.

Os trechos em itálico no texto apontam as passagens que foram alteradas ou adaptadas. A primeira delas é o título do texto, visto que a redação do jornal não aproveitou a assunto do *e-mail* “Patrimônio Cultural”, preferindo criar outro: “Memória”; nome do autor, cidade onde reside e *e-mail* para contato foram adaptados ao padrão gráfico-visual das cartas no *design* do jornal; a palavra “local” encapsula “pequeno recinto”; a palavra “valores”, colocada em substituição a “artistas”, alterou semanticamente o que o leitor queria dizer, além de parecer estranha ao contexto; a conjunção integrante “que” em lugar da explicativa “pois”, mudou a orientação argumentativa do enunciado, além de o redator ter deixado o restante do enunciado nominalizado, o que parece meio desconexo.

Enfim, verificamos que, de fato, a carta do leitor sofreu intervenções por parte de quem a editou. Logo, concluímos que, na análise empreendida, as estratégias de eliminação de informações, acréscimo e alterações parafrásticas, com predomínio da primeira, foram os procedimentos mais comuns no processo de edição da carta objeto de discussão neste trabalho. Esse achado sinaliza que a carta do leitor é um gênero que emerge de um processo de retextualização, o que abre caminhos para investigações futuras sobre esse fenômeno em outros *corpora* colhidos em outros suportes.

Considerações finais

Em virtude do que foi tratado neste artigo, corrobora-se que, de fato, a retextualização continua sendo um dos grandes temas da Linguística Textual, indo além do que propusera Marcuschi em seu texto seminal (2010). Considerando-se que a questão da retextualização do oral para o escrito parece ser o que há de mais bem discutido na literatura linguística, convém olhar para outras formas de retextualização ainda pouco exploradas: do oral para o oral, do escrito para o oral e do escrito para o escrito. No que diz respeito a este último, procuramos lançar alguma luz a partir da carta do leitor no jornalismo impresso. Espera-se que este estudo contribua para ensejar outras pesquisas e, ao mesmo tempo, trazer algum retorno social, especialmente no que diz respeito ao ensino e à prática da produção escrita nos contextos de sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUGRANDE, R. *New foundations for a Science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1981.

FRAZÃO, T. J. *Sistema de cotas e discurso da imprensa: o que é publicado e a reação da opinião pública*. Recife: FCAP Books, 2007.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: W M F Martins Fontes, 2009.

LEMONS, A. Cartas de leitores: cartas (ainda) fechadas. In: NEOTTI, C. (Org.) *Comunicação e consciência crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 191-213.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATENCIO, M. L. M. Referenciação e retextualização de textos acadêmicos: um estudo do resumo e da resenha. *Anais do III Congresso Internacional da ABRALIN*, março de 2003.

MELO, C. T. V. “*Cartas à redação*”: uma abordagem discursiva. 1999. 281 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1999.

MESQUITA, M. *O jornalismo em análise: a coluna do provedor dos leitores*. Coimbra: Minerva, 1998.

NASCIMENTO, A. B. *A retextualização como instrumento de manipulação no discurso jurídico penal*. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

NUNES, V. S. *O gênero carta do leitor no Jornal do Commercio de Pernambuco: uma abordagem sociorretórica*. 2012. 236 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SILVEIRA, J. Carta do leitor: uma resposta crítica. In: NEOTTI, C. (Org.) *Comunicação e consciência crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 185-189.

SILVEIRA, M. I. M. Retextualização: aspectos teóricos e práticos. In: CAVALCANTE, M. A.; FREITAS, M. L. Q. (Org.). *O ensino da língua portuguesa nos anos iniciais: eventos e práticas de letramento*. Maceió: EDUFAL, 2008. p. 169-178.

Recebimento: 11/07/2017

Aceite: 28/08/2017